



## Concurso Público n.º 0003/IC-CCM/CP/2023

### Prestação de serviços de assistência técnica à área de palco do Centro Cultural de Macau Caderno de Encargos

#### 1 Objecto do concurso

O presente concurso tem por objecto a adjudicação da prestação de serviços de assistência técnica à área de palco do Centro Cultural de Macau, no período compreendido entre o dia 1 de Janeiro de 2024 e o dia 31 de Dezembro de 2025.

#### 2 Disposições e cláusulas por que se rege a prestação de serviços

2.1 De acordo com o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 63/85/M, de 6 de Julho, consideram-se integrados no contrato, em tudo quanto por ele não for explícita ou implicitamente contrariado, o caderno de encargos e os demais elementos patentes no concurso.

2.2 A execução do contrato obedece:

2.2.1 Às respectivas cláusulas e ao estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;

2.2.2 Ao Decreto-Lei n.º 63/85/M, de 6 de Julho e demais legislação aplicável.

#### 3 Normas e outros documentos normativos

Para além das normas referidas no presente caderno de encargos, fica o adjudicatário obrigado ao exacto e pontual cumprimento de todas as demais que se relacionem com os serviços a realizar.

#### 4 Ordem de prevalência dos documentos que regem a prestação de serviços

4.1 O adjudicatário deve cumprir o disposto nos seguintes documentos:

4.1.1 Contrato;

4.1.2 Programa de concurso;

4.1.3 Caderno de encargos;

4.1.4 Proposta apresentada.

4.2 No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem em que são indicados.

#### 5 Requisitos técnicos

Os requisitos técnicos dos serviços a prestar são os previstos no Anexo 1 ao presente caderno de encargos.

#### 6 Prazo de prestação dos serviços

O prazo de prestação dos serviços é de 24 meses, do dia 1 de Janeiro de 2024 ao dia 31 de Dezembro de 2025.



## 7 Obrigações do adjudicatário

- 7.1 O adjudicatário obriga-se a prestar os serviços em conformidade com os “Requisitos Técnicos” constantes do Anexo 1 e a cumprir rigorosamente os requisitos de trabalho ali fixados.
- 7.2 Todos os relatórios, facturas e demais documentos devem ser entregues nos prazos fixados.
- 7.3 O adjudicatário deverá disponibilizar trabalhadores suficientes, quando se registem faltas de pessoal.
- 7.4 O adjudicatário deve fornecer e assegurar que os trabalhadores usam os respectivos uniformes e cartões de identificação.
- 7.5 O adjudicatário deve cumprir pontualmente e rigorosamente todas as tarefas e obrigações estipuladas no contrato.
- 7.6 O adjudicatário deve fornecer a lista de trabalhadores da prestação de serviços e as fotocópias dos seus documentos de identificação (incluindo pessoal de chefia) caso o Instituto Cultural (IC) as solicite, para ser verificada a percentagem dos trabalhadores residentes de Macau na prestação de serviços.
- 7.7 Salvo estipulação em contrário no presente caderno de encargos, correrão por conta do adjudicatário os seguintes encargos:
  - 7.7.1 O adjudicatário deve ser responsável pela compensação de danos causados devido à negligência ou execução inadequada de trabalhos, o IC reserva-se o direito de apurar responsabilidades.
  - 7.7.2 O adjudicatário deve contratar seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais para os trabalhadores, cujas apólices cubram a prestação dos serviços objecto do contrato, junto de companhia de seguros legalmente autorizada a exercer actividade na RAEM. Os seguros referidos deverão ser contratados até sete (7) dias antes da assinatura do contrato, devendo o prazo de validade dos mesmos coincidir com as datas de início e de termo do contrato. Da apólice constará uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-la válida até a conclusão da prestação de serviços e ainda que, em caso de impossibilidade de tal cumprir por denegação no decurso desse prazo, a sua validade só terminará trinta dias depois de o comunicar ao IC.

## 8 Preço contratual e forma de pagamento

- 8.1 Pela prestação de serviços objecto do contrato e pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o IC pagará ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada.
- 8.2 O pagamento é efectuado mensalmente, de acordo com a factura apresentada pelo adjudicatário relativa aos serviços prestados no mês anterior àquele a que respeita.
- 8.3 Os preços não podem ser alterados durante a vigência do contrato.
- 8.4 Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando haja aumento ou diminuição do volume de trabalho, pode haver lugar a revisão do pagamento mensal, depois de confirmada a efectiva prestação dos serviços.
- 8.5 Os serviços, a prestar de acordo com as necessidades operacionais reais, serão pagos mensalmente, mediante apresentação de factura por parte do adjudicatário e o



seu montante será calculado com base nos preços unitários apresentados na lista de preço.

## 9 Pessoal

### 9.1 Disposições gerais

- 9.1.1 O adjudicatário é responsável por garantir que todos os trabalhadores afectos à execução dos serviços possuem as aptidões profissionais, sendo da sua exclusiva responsabilidade o cumprimento das obrigações relativas à sua disciplina.
- 9.1.2 O adjudicatário deve respeitar a Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes e o Regulamento sobre a Proibição do Trabalho Ilegal que se encontram vigentes, dando preferência à mão-de-obra residente de Macau.
- 9.1.3 O adjudicatário tem de notificar o IC sempre que ocorra qualquer actualização de dados dos seus trabalhadores residentes e não residentes, para ser verificada a percentagem dos trabalhadores residentes de Macau na prestação de serviços

### 9.2 Disciplina no local de trabalho:

- 9.2.1 O adjudicatário deve manter a boa ordem e a disciplina no local da execução de serviços.
- 9.2.2 Qualquer trabalhador que desrespeite representante do IC, provoque indisciplina ou manifeste deslealdade no desempenho das suas obrigações, deverá ser afastado do local de trabalho e substituído, se tal for solicitado pelo IC.
- 9.2.3 Sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal, a respectiva ordem deverá ser fundamentada por escrito quando o adjudicatário o solicitar.

### 9.3 Pagamento de salários

- 9.3.1 O adjudicatário é obrigado a apresentar, sempre que tal lhe seja solicitado pelo IC, fotocópia dos documentos comprovativos do pagamento dos salários.
- 9.3.2 No caso de o adjudicatário se encontrar em dívida por falta de pagamento dos salários devidos aos seus trabalhadores, o IC poderá satisfazer esses compromissos, descontando no próximo pagamento a efectuar ao adjudicatário as somas despendidas para esse fim.

## 10 Preparação dos trabalhos e requisitos dos equipamentos

O adjudicatário deve proporcionar aos seus trabalhadores equipamentos de protecção individual e instrumentos adequados, adoptando medidas de protecção apropriadas para proteger as instalações existentes no local de trabalho, de modo a evitar eventuais danos.

## 11 Confidencialidade

O adjudicatário deve guardar sigilo e respeitar a confidencialidade sobre toda a informação e documentação de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

## 12 Multas e penalidades contratuais



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau

文化局  
Instituto Cultural

Processo do Concurso Público  
– Caderno de Encargos  
Prestação de serviços de assistência técnica  
à área de palco do Centro Cultural de Macau

- 12.1 Caso se verifiquem as seguintes situações, o IC pode emitir uma advertência escrita:
  - 12.1.1 O adjudicatário não presta os serviços exigidos sem justa causa;
  - 12.1.2 O adjudicatário não cumpre tempestivamente ou cumpre defeituosamente os termos contratuais;
  - 12.1.3 Os serviços que o adjudicatário presta não satisfaçam as exigências do IC.
- 12.2 Se o adjudicatário receber duas (2) advertências escritas por não cumprimento da mesma obrigação contratual, de acordo com a gravidade da circunstância, o IC tem o direito de aplicar-lhe uma multa sancionatória, correspondente a vinte por cento (20%) da caução definitiva, a qual será deduzida no mês em que emitir a notificação da multa.
- 12.3 O IC reserva-se o direito de fazer cessar unilateralmente os serviços de acordo com a gravidade da circunstância, com o fundamento no incumprimento da obrigação contratual por parte do adjudicatário que tenha sido punido duas (2) vezes com multa sancionatória por não cumprimento da mesma obrigação contratual.
- 12.4 O IC reserva-se o direito de efectuar descontos nas retribuições a pagar ao adjudicatário, caso este tenha causado algum prejuízo, quer às instalações, quer a terceiros, por incumprimento das obrigações contratuais ou por negligência.
- 12.5 No caso de o adjudicatário não cumprir as suas obrigações e forçar o IC a recorrer a serviços ou produtos de terceiros, será responsabilizado pelo custo destes, o qual será deduzido da caução definitiva prestada.
- 12.6 No caso de o custo a que se refere o número anterior ou de o valor das multas serem deduzidos da caução definitiva, o adjudicatário deverá repor o valor da mesma no prazo de dois (2) dias úteis a contar da data da recepção da notificação para o efeito.

### **13 Subcontratação e cessão de posição contratual**

- 13.1 A subcontratação de terceiros pelo adjudicatário depende de autorização prévia do IC.
- 13.2 O adjudicatário não pode sem autorização prévia do IC ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou quaisquer direitos e obrigações assumidos com a celebração do contrato.
- 13.3 Em caso de proposta de cessão de posição contratual apresentada pelo adjudicatário, o IC efectuará as averiguações necessárias, dependendo a decisão das condições subjacentes à entidade proposta, nomeadamente no que respeita ao cumprimento de obrigações fiscais, à situação financeira e à ausência de processos administrativos ou judiciais em curso.

### **14 Incumprimento e rescisão do contrato**

- 14.1 Se o adjudicatário não cumprir as suas obrigações contratuais, o IC tem o direito de suspender o pagamento dos serviços não prestados, ou da parte incorrectamente prestada, até que tais obrigações sejam cumpridas.
- 14.2 O incumprimento e o cumprimento defeituoso das obrigações contratuais por parte do adjudicatário constituem justa causa para rescisão unilateral do contrato pelo IC.
- 14.3 O IC pode rescindir o contrato nas seguintes circunstâncias:
  - 14.3.1 Se o adjudicatário transferir para terceiros, no todo ou em parte, onerosa ou



- gratuitamente, a sua posição contratual, sem aprovação prévia do IC;
- 14.3.2 Se o adjudicatário não pagar uma multa por incumprimento de obrigações contratuais, no prazo de um mês;
- 14.3.3 Se o adjudicatário não pagar ou não repuser o valor da caução definitiva;
- 14.3.4 Se o adjudicatário não cumprir, de forma grave ou contumaz, as obrigações estipuladas no número 7 deste caderno de encargos mais do que trinta (30) dias;
- 14.3.5 Se o adjudicatário interromper a prestação de serviços sem motivos justificados;
- 14.3.6 Se o IC tiver necessidade de contratar serviços de terceiros devido ao incumprimento das obrigações contratuais por parte do adjudicatário, por motivos de sua inteira responsabilidade;
- 14.3.7 Se o adjudicatário não cumprir as leis e regulamentos em vigor na RAEM.
- 14.4 Em caso de rescisão unilateral do contrato, o IC enviará ao adjudicatário uma notificação escrita.
- 14.5 Em caso de rescisão do contrato, o IC poderá, independentemente de decisão judicial, executar a caução prestada, devendo o adjudicatário, no prazo de quinze (15) dias a contar da data da recepção da notificação, pagar ao IC, através de cheque, o equivalente a vinte por cento (20%) do valor total adjudicado, a título de indemnização compensatória.

## 15 Caducidade do contrato

- 15.1 Se, depois de celebrado o contrato, o adjudicatário falecer ou for declarado interdito, inabilitado ou falido por sentença judicial, o contrato caduca.
- 15.2 À caducidade do contrato é aplicável o disposto no artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 63/85/M, de 6 de Julho.

## 16 Execução da caução

- 16.1 A caução prestada para garantia do exacto e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa do concurso, pode ser executada pelo IC, sem necessidade de prévia decisão judicial, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo por parte do adjudicatário das suas obrigações contratuais ou legais, para o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
- 16.2 Cumpridos todos os deveres e obrigações previstos no contrato, serão restituídas ao adjudicatário as quantias retidas como garantia e promover-se-á, pela forma própria, a extinção da caução prestada.

## 17 Resolução de litígios

Os litígios que possam surgir durante a vigência do contrato são resolvidos de acordo com a legislação vigente na RAEM, devendo os conflitos que não possam ser resolvidos por acordo entre as partes ser sujeitos a decisão do tribunal competente da RAEM.



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau

文化局  
Instituto Cultural

Processo do Concurso Público  
– Caderno de Encargos  
Prestação de serviços de assistência técnica  
à área de palco do Centro Cultural de Macau

### **18 Legislação aplicável**

Em todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente programa do concurso e no caderno de encargos, é aplicável a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 63/85/M, de 6 de Julho e o Decreto-Lei n.º 122/84/M, de 15 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5/2021.

Observações: Os prazos indicados neste caderno de encargos são contínuos, incluindo sábados, domingos e feriados.